

te, pôde desenvolver diante de si uma vogal que se abre mais (um *a*, se dermos crédito ao testemunho da grafia). Por outro lado, êle se obscureceu com o tempo, pois hoje *Hagel* se pronuncia novamente *hāgl̄*. É isto mesmo que faz a diferença entre a pronúncia dessa palavra e a do francês *aigle*; o *l* se fecha na palavra germânica e se abre na francesa com o *e* mudo final (*èḡle*).

PRIMEIRA PARTE

PRINCÍPIOS GERAIS

CAPÍTULO I

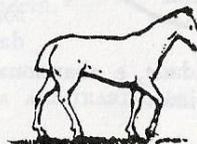
NATUREZA DO SIGNO LINGÜÍSTICO

§1. SIGNO, SIGNIFICADO, SIGNIFICANTE.

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. Por exemplo:

Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe idéias completamente feitas, preexistentes às palavras (ver, sôbre isso, mais adiante (p. 130); ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade. Entretanto, esta visão simplista pode aproximar-nos da verdade, mostrando-nos que a unidade lingüística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos.

Vimos na p. 19 s., a propósito do circuito da fala, que os termos implicados no signo lingüístico são ambos psíquicos e

**ARBOR****EQUOS**

etc.

etc.

estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação. Insistamos neste ponto.

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica¹. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica dêsse som, a representação que dêle nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem. Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema. E porque as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos "fonemas" de que se compõem. Esse termo, que implica uma idéia de ação vocal, não pode convir senão à palavra falada, à realização da imagem interior no discurso. Com falar de sons e de sílabas de uma palavra, evita-se o mal-entendido, desde que nos recordemos tratar-se de imagem acústica.

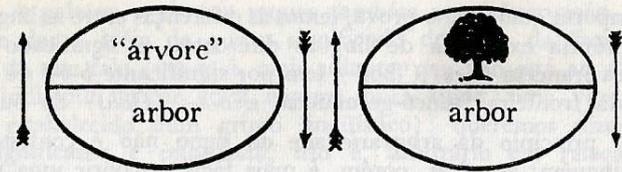
O signo lingüístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representada pela figura:



Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito "árvore", está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem con-

formes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar.

(1) O termo de imagem acústica parecerá, talvez, muito estreito, pois, ao lado da representação dos sons de uma palavra, existe também a de sua articulação, a imagem muscular do ato fonatório. Para F. de Saussure, porém, a língua é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora (ver p. 21). A imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala. O aspecto motor pode, então, ficar subentendido ou, em todo caso, não ocupar mais que um lugar subordinado em relação à imagem acústica (*Org.*).



Esta definição suscita uma importante questão de terminologia. Chamamos *signo* a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo uma palavra (*arbor* etc.). Esquece-se que se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito "árvore", de tal maneira que a idéia da parte sensorial implica a do total.

A ambigüidade desapareceria se designássemos as três noções aqui presentes por nomes que se relacionem entre si, ao mesmo tempo que se opõem. Propomos a conservar o termo *signo* para designar o total, e a substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. Quanto a *signo*, se nos contentamos com êle, é porque não sabemos por que substituí-lo, visto não nos sugerir a língua usual nenhum outro.

O *signo* lingüístico assim definido exhibe duas características primordiais. Ao enunciá-las, vamos propor os princípios mesmos de todo estudo desta ordem.

§ 2. PRIMEIRO PRINCÍPIO: A ARBITRARIEDADE DO SIGNO.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo lingüístico é arbitrário*.

Assim, a idéia de "mar" não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência,

não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* ("boi") tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro.

O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe. O princípio enunciado acima domina toda a lingüística da língua; suas conseqüências são inúmeras. É verdade que nem todas aparecem, à primeira vista, com igual evidência; somente ao cabo de várias voltas é que as descobrimos e, com elas, a importância primordial do princípio.

Uma observação de passagem: quando a Semiologia estiver organizada, deverá averiguar se os modos de expressão que se baseiam em signos inteiramente naturais — como a pantomima — lhe pertencem de direito. Supondo que a Semiologia os acolha, seu principal objetivo não deixará de ser o conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo. Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção. Os signos de cortesia, por exemplo, dotados freqüentemente de certa expressividade natural (lembramos os chineses, que saúdam seu imperador prosternando-se nove vezes até o chão) não estão menos fixados por uma regra; é essa regra que obriga a empregá-los, não seu valor intrínseco. Pode-se, pois, dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; eis porque a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos; nesse sentido, a Lingüística pode erigir-se em padrão de toda Semiologia, se bem a língua não seja senão um sistema particular.

Utilizou-se a palavra *símbolo* para designar o signo lingüístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante. Há inconvenientes em admiti-lo, justamente por causa do nosso primeiro princípio. O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo.

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico); queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.

Assinalemos, para terminar, duas objeções que poderiam ser feitas a este primeiro princípio:

1.º O contraditor se poderia apoiar nas *onomatopéias* para dizer que a escolha do significante nem sempre é arbitrária. Mas elas não são jamais elementos orgânicos de um sistema lingüístico. Seu número, além disso, é bem menor do que se crê. Palavras francesas como *fouet* ("chicote") ou *glas* ("dobre de sinos") podem impressionar certos ouvidos por sua sonoridade sugestiva; mas para ver que não têm tal caráter desde a origem, basta remontar às suas formas latinas (*fouet* derivado de *fāgus*, "faia", *glas* = *classicum*); a qualidade de seus sons atuais, ou melhor, aquela que se lhes atribui, é um resultado fortuito da evolução fonética.

Quanto às onomatopéias autênticas (aquelas do tipo *glu-glu*, *tic-tac* etc.), não apenas são pouco numerosas, mas sua escolha é já, em certa medida, arbitrária, pois que não passam de imitação aproximativa e já meio convencional de certos ruídos (compare-se o francês *ouaoua* e o alemão *wauwau*). Além disso, uma vez introduzidas na língua, elas se engrenam mais ou menos na evolução fonética, morfológica etc., que sofrem as outras palavras (cf. *pigeon*, do latir vulgar *pīpiō*, derivado também de uma onomatopéia): prova evidente de que perderam algo de seu caráter primeiro para adquirir o do signo lingüístico em geral, que é imotivado.

2.º As *exclamações*, bastante próximas das onomatopéias, dão lugar a observações análogas e não constituem maior ameaça para a nossa tese. É-se tentado a ver nelas expressões espontâneas da realidade, como que ditadas pela natureza. Mas, para a maior parte delas, pode-se negar haja um vínculo necessário entre o significado e o significante. Basta comparar duas línguas, sob esse aspecto, para ver o quanto tais expressões va-

riam de uma para outra língua (por exemplo, ao francês *aie!* corresponde em alemão *au!* e em português *ai!*). Sabe-se também que muitas exclamações começaram por ser palavras com sentido determinado (cf. *diabo!*; ou em francês, *mordieu* = *morte Dieu* etc.).

Em resumo, as onomatopéias e as exclamações são de importância secundária, e sua origem simbólica é em parte contestável.

§ 3. SEGUNDO PRINCÍPIO: CARÁTER LINEAR DO SIGNIFICANTE.

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão*: é uma linha.

Este princípio é evidente, mas parece que sempre se negligenciou enunciá-lo, sem dúvida porque foi considerado demasiadamente simples; todavia, êle é fundamental e suas consequências são incalculáveis; sua importância é igual à da primeira lei. Todo o mecanismo da língua depende dêle (ver p. 142). Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos.

Em certos casos, isso não aparece com destaque. Se, por exemplo, acentuo uma sílaba, parece que acumulo num só ponto elementos significativos diferentes. Mas trata-se de uma ilusão: a sílaba e seu acento constituem apenas um ato fonatório; não existe dualidade no interior dêsse ato, mas somente oposições diferentes com o que se acha a seu lado (ver, sobre isto, a p. 151 s.).

CAPÍTULO II

IMUTABILIDADE E MUTABILIDADE DO SIGNO

§ 1. IMUTABILIDADE.

Se, com relação à idéia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade lingüística que o emprega, não é livre: é impôsto. Nunca se consulta a massa social nem o significante escolhido pela língua poderia ser substituído por outro. Este fato, que parece encerrar uma contradição, poderia ser chamado familiarmente de "a carta forçada". Diz-se à língua: "Escolhe!"; mas acrescenta-se: "O signo será êste, não outro." Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é.

A língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples, e é justamente por êsse lado que o estudo do signo lingüístico se faz interessante; pois, se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso.

Vejamos então como o signo lingüístico escapa à nossa vontade, e tiremos em seguida as consequências importantes que decorram dêsse fenômeno.

A qualquer época que remontemos, por mais antiga que seja, a língua aparece sempre como uma herança da época precedente. O ato pelo qual, em dado momento, os nomes te-